

“Terceiro setor”: um projeto solidário complementar

Eliane da Silva Cara*
Paulo Rogério dos Santos Lima*

Disseminar a função social das empresas na direção de um contributivo ao avanço da dignidade humana. Qualificar o “sem fins lucrativos”, introduzindo garantias sociais ao “terceiro setor”, é uma urgência para consolidar direitos sociais.

Aldaísa Sposati

Resumo

O objetivo principal deste artigo é refletir sobre o novo papel social das empresas, mostrando sua responsabilidade social como forma de mudança do discurso de mercado. Além disso, o trabalho mostra que a sociedade civil busca alternativas diante da dificuldade do Estado em atender adequadamente as necessidades de cunho social, trabalhando a questão sobre as implicações que envolve o crescimento do “terceiro setor”.

Palavras-chave: terceiro setor, sociedade civil, líder social, ONG's.

Abstract

The main objective of this article is to reflect on the companies' new social role, showing their social responsibility as a way of changing the market discourse. Furthermore, this article shows that civil society is seeking alternatives due to the difficulties that the Government has to take care of the social needs. Finally, the article deals with the issue concerning the implications involved in the growth of the “third sector”.

Key words: third sector, civil society, social leader, non-governmental organizations.

* Mestrandos em Administração pela PUC-SP, membros executivos do Núcleo de Administração do “terceiro setor” da PUC-SP.

Considerações iniciais

Empresa social, empresa-cidadã, empresa-comunitária. Qual o significado de tais denominações em um território regido pelas regras do capital? O próximo século se aproxima, e, com ele, uma remodelação do perfil organizacional de muitas empresas contemporâneas. A nova face organizacional diz respeito à ruptura de paradigmas tradicionais de mercado (modelos de ganhos de capital), criando, paralelamente, outro valor dentro da organização: *o valor solidário*.

Tal valor representa uma transcendência do simples papel da empresa como geradora e distribuidora de riquezas entre os seus acionistas. Dá-se às empresas o *status* de organizações-vivas, em que a responsabilidade social torna-se uma vantagem competitiva com o chamado “lucro civilizatório” ou “lucro do bem-estar social”. Os esforços são direcionados para projetos de cunho social, promovendo a melhoria da imagem corporativa perante a sociedade.

Quando se observa a investida empresarial na área social, nota-se, nitidamente, uma preocupação acentuada com relação à imagem e, também, ao consumo de produtos de uma organização socialmente correta. Assim, a filantropia privada é uma obrigação, e não um favor, por parte das empresas competitivas. Os fatores econômico e político caminham junto ao propósito social das corporações.

Toda essa nova configuração empresarial está inserida no que se pode (ainda com certo grau de cuidado) denominar “terceiro setor” ou “setor social”. O “terceiro setor” (nem Estado e nem mercado) congrega uma legião de entidades que desempenham um papel complementar às ações do Estado na área social. Este trabalho não entra no mérito da discussão da crise do Estado-providência, mas, é, claramente, um equívoco falar em substituição do Estado nas questões de caráter social.

A sociedade civil se organiza principalmente por intermédio de instituições, fundações ou entidades sem fins lucrativos, das quais uns dos objetivos centrais é a *transformação e valorização do ser humano como cidadão*, segundo Peter Drucker. Escolas, fundações empresariais, creches, hospitais, escoteiros, grupos de proteção ao meio ambiente, todos se agrupam por áreas temáticas em promoção humana, meio ambiente, cultura, saúde, educação. Entretanto, apesar de perseguirem objetivos específicos e lidarem com públicos-alvos próprios, possuem um denominador comum: *o bem-estar comum*.

As empresas e o "terceiro setor": a responsabilidade social, a missão e o líder social

As empresas contemporâneas estão mudando o tom do discurso limitado do mercado ao se envolverem em trabalhos não lucrativos? A questão pode ser encarada como uma nova postura, que transcende os paradigmas tradicionais do mundo dos negócios? Sim, muitas corporações, espalhadas pelos quatro cantos do mundo, estão formalizando um posicionamento diferenciado diante da sociedade, mantendo projetos sociais nas comunidades em que se localizam.

O papel empresarial na área social depreende uma transformação importante na forma como as empresas estão encarando o aumento substancial da exclusão social. "As empresas são organismos vivos e, ao longo do tempo, acabam incorporando mudanças e procedimentos para se adaptar às novas realidades e garantir a sobrevivência" (Ioschpe, 1996, p. 81). É inegável que a questão cultural seja uma barreira enorme ao avanço das ações empresariais nos segmentos não lucrativos, despertando ceticismos quanto à função social das empresas.

Tudo leva a crer que o aspecto cultural de um país, região ou localidade influencia a mentalidade da sociedade que, em determinados casos, ainda não está condicionada ao intervencionismo do mercado na área social, como alternativa à inépcia do Estado. Mas, claramente, o panorama está mudando. O "terceiro setor" ou setor social se fortalece em decorrência da presença cada vez menos ativa do Estado nos aspectos sociais. As fundações privadas, mantidas na sua maioria com recursos empresariais, agem deliberadamente não só com ajuda financeira, mas também com o gerenciamento e acompanhamento da execução dos projetos estabelecidos.

O segredo para se construir uma organização com esse espírito humanitário está em organizar o trabalho de forma que cada um se sinta essencial para uma meta que se acredita. (Drucker, 1997, p. 138)

É um erro pensar que só existam objetivos sociais nas ações de intervenção não lucrativa da iniciativa privada. Portanto, outros fatores envolvidos, como o econômico e o político, também prevalecem como pontos presentes, em alguns casos, se analisados detalhadamente. Hoje, no ramo empresarial,

desempenhar a função do Estado significa direcionar os propósitos de mercado em direção a uma nova formatação clássica das corporações, reorganizadas socialmente dentro da sociedade, porém, sob uma tendência baseada na propagação de políticas de ações focalistas.

A relação governo, mercado e “terceiro setor” deve ser conduzida sempre com competência, pois o rompimento desse elo pode dificultar a obtenção dos resultados que se deseja alcançar. A responsabilidade pelo desenvolvimento cultural, por um bom processo educacional e pelo bem-estar social, mesmo sendo realmente um dever do Estado, não é só do Estado – na realidade, incumbe também à sociedade como um todo. A parceria, portanto, é uma obrigação, não um favor. A intervenção privada não-lucrativa é apenas uma complementaridade da ação insuficiente do Estado na assistência social. Falar em substituição do Estado é um equívoco.

A gestão social impõem desafios, mesmo para os que estão acostumados com as pressões cotidianas por bons resultados no mundo lucrativo. Os resultados, nas “organizações sem fins lucrativos” (*non profits organizations*), são expressos pelos níveis de bem-estar social da comunidade assistida, explicitando a relevância do relacionamento mútuo entre agente e receptor. Mesmo tendo conquistado excelentes resultados, os gestores ou trabalhadores sociais se deparam com alguns empecilhos no seu trabalho diário. Por exemplo, na Inglaterra, um grupo de moradores de rua reclama por estar sendo importunado constantemente por um grupo de voluntários que lhe dá alimentos todos os dias. Analisando o fato, parece uma atitude paradoxal para quem está fora do dia-a-dia das entidades sociais.

Fatos como no exemplo mencionado levam à necessidade de se preparar no mercado administradores especializados na gestão de entidades sociais, que poderiam, no caso inglês, adaptar técnicas de como satisfazer um “cliente” para contornar o problema da revolta dos mendigos. Não é fantasia, mas, sim, dificuldades que as entidades sociais possuem por não terem, na maioria das vezes, o domínio ou conhecimento de técnicas gerenciais, indo além do simples relacionamento com os beneficiários. Há, assim, carência de modelos tradicionais de gestão nessas instituições.

De alguns anos para cá nota-se, em ritmo promissor, uma crescente consciência de que a empresa pode e deve assumir dentro da sociedade um papel mais amplo, transcendente ao de sua vocação básica de geradora de riquezas. E a resposta a essa crescente demanda da sociedade pode estar associada

não só a motivos de obrigação social, mas, também, a sugestões de natureza estratégica.

O mercado começa, timidamente, a traçar outros caminhos em direção a uma nova realidade corporativa, a realidade do bem social. As empresas adotam posição pró-ativa de querer contribuir para encaminhar soluções para os problemas sociais. A atuação da empresa social amplia e completa seu papel de agente econômico e a transforma em agente social por disponibilizar, adaptando, os mesmos recursos usados no seu negócio, para transformar a sociedade e desenvolver o sentido do bem comum e da responsabilidade social.

O código de ética do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) assinala:

As práticas de desenvolvimento social são de natureza distinta e não devem ser confundidas nem usadas como ferramentas de comercialização de bens tangíveis (fins lucrativos) por parte da empresa mantenedora, como são, por exemplo, *marketing*, promoção de vendas ou patrocínio, nem devem ser confundidas com políticas e procedimentos de recursos humanos, que objetivam o desenvolvimento e o bem-estar da própria força de trabalho, portanto, no interesse da empresa.

Ver uma empresa como proponente de ações não-lucrativas, em um contexto de aumento da "briga" por mais espaços no mercado consumidor, permeia algumas hipóteses que definam a verdadeira razão de um pacto humanitário. Uma das hipóteses é a melhoria da imagem corporativa perante a sociedade. O que se busca é uma caracterização mais acentuada de organizações vivas, em que o ato humanitário seja o cerne do desenvolvimento social sustentado de uma nação. O engajamento das empresas em questões sociais deve representar a constituição de novas formas de trabalho solidário, promovendo uma ruptura significativa ante os novos caminhos transformadores da sociedade civil.¹

Em nenhuma outra área as diferenças entre empresas e instituições sem fins lucrativas são maiores do que na gerência de pessoas e relacionamentos.

1. "Enquanto uma empresa não abraçar uma causa maior e mais abrangente do que o enriquecimento dos acionistas, terá poucos líderes de peso; é mais provável encontrá-los nas arenas das ONGs do 'terceiro setor'. Se esse for o caso, o 'terceiro setor' poderá ser o local de treinamento empresarial e talvez político." (Charles Handy. In: Ioschpe, 1996, p. 81).

Em uma missão social é de suma importância o fator humano. Há pessoas com as quais as empresas não têm experiência. Elas são chamadas “voluntárias”, embora esta não seja mais a palavra correta. A única diferença entre elas e o pessoal remunerado da instituição é que elas não recebem pagamento. Há cada vez menos diferenças entre o trabalho que elas fazem e aquele que é feito pelo pessoal remunerado – em muitos casos eles são idênticos – e os voluntários estão se tornando cada vez mais importantes em uma missão de caráter social.

Não só o seu número está crescendo, mas eles estão assumindo cada vez mais posições de liderança em uma missão. Essa tendência deve continuar, pois temos em nossa sociedade muito mais pessoas idosas que são capazes de trabalhar – física e mentalmente – e estão ansiosas para permanecer ativas, envolvidas e para contribuir. Assim, as instituições sem fins lucrativos continuarão servindo as suas missões específicas, mas, também, passarão a ser, cada vez mais, as organizações por meio das quais a cidadania se torna operacional e eficaz. É preciso começar com a missão, e isso é muito importante. A missão é algo que ultrapassa o dia de hoje, mas orienta e informa hoje. No momento em que a perdemos de vista começamos a nos desviar, a desperdiçar recursos. A partir de uma missão chega-se a metas muito concretas.

Numa empresa, há um resultado financeiro. Lucro e prejuízo, por si sós, não são suficientes para julgar o desempenho, mas pelo menos são coisas concretas. No caso de entidades sociais, para cada uma delas o líder social que a dirige precisa, antes de mais nada, responder à pergunta: Como deve ser definido o desempenho desta instituição? Não basta uma instituição sem fins lucrativos dizer: “nós atendemos a uma necessidade”. A instituição realmente boa cria um desejo: o desejo da (trans)formação social. Mas, assim, definir e estabelecer metas não-lucrativas exige uma boa dose de competência operacional, pois, do contrário, não passa apenas de uma boa dose de intenção.

As potencialidades profissionais precisam ser exploradas racionalmente, utilizando, assim, a vontade de cooperar mediante uma ação não caracterizada pela emoção do momento. Excesso de melodrama atrapalha. É necessário, em uma definição de metas, que se priorize o lado criativo das pessoas, enfatizando a importância de alcançar bons resultados, com soluções que marquem por seu aspecto dinamizador. Logo, é preciso estar sempre em atualização, examinando as oportunidades na comunidade. O objetivo específico pode mudar. Coisas que eram da maior importância podem se tornar secundárias ou mesmo

totalmente irrelevantes. Se uma instituição não-lucrativa não observar isso constantemente correrá o risco de se transformar em peça de museu.

Há uma analogia oportuna quando se trata de profissionalização das entidades sociais. Compara-se, com empresas familiares, a necessidade de se mudar o comando – quando há problemas de gestão –, passando-o às mãos de profissionais, externos ou internos, capacitados e conhecedores dos problemas existentes. A profissionalização² permeia a caracterização de disciplina das atividades, via habilidades técnicas de gerenciamento. O líder social representa tal necessidade.

A sensibilização por uma causa diferenciada é um dos principais requisitos para qualquer pessoa que queira seguir a carreira como líder social. A liderança se dá por processos de definições exatas do papel dos líderes. Uma liderança só pode ser considerada legítima quando seus propósitos são expostos de forma transparente para a sociedade. A missão deve ser conduzida explicitamente, objetivando a notoriedade dos fatos ligados ao cotidiano operacional da instituição.

A tarefa mais importante do líder de uma instituição é prever a crise. Talvez não evitá-la, mas prevê-la. Esperar até que a crise chegue já é desistir. É preciso tornar a instituição capaz de prever a tempestade, resistir a ela e, na verdade, estar adiante dela. Isto é chamado de inovação, de renovação constante. Não se pode evitar uma catástrofe, mas pode-se construir uma organização preparada para a batalha, com moral elevada e que já tenha enfrentado crises, que saiba como se comportar, tenha autoconfiança e na qual as pessoas confiam umas nas outras. A confiança é a palavra-chave de uma conduta de liderança.

Entidades que priorizam a formação multidisciplinar de seus líderes buscam alternativas viáveis ao despreparo das equipes envolvidas, pois, obviamente, o desconhecimento de técnicas específicas pode comprometer a missão coletiva. O compartilhamento de idéias implica em desdobramentos positivos,

2. A formação para a profissionalização trata de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuem para a capacitação de dirigentes, gestores de projetos, coordenadores de programas, responsáveis por atividades de apoio. Denominados agentes do "terceiro setor", constituem o grupo de profissionais responsáveis, também, pela obtenção de recursos para iniciativas de interesse público. A formação é condição necessária, mas insuficiente para a profissionalização. Cabe às entidades executoras de projetos e às entidades financiadoras conquistar o reconhecimento público e estruturar o mercado de trabalho para a valorização da competência profissional.

tendo em vista o fluxo de informações necessárias para o bom funcionamento da organização. Os líderes sociais devem trabalhar marginalmente aos interesses individuais, focalizando os objetivos coletivos como meta a cumprir.

A profissionalização decorre de um perfil aceito e valorizado. A compreensão, a compaixão e a cooperação sem paternalismo são precondições para a instauração de laços entre os vários segmentos da sociedade civil. Para isso, uma primeira determinante de perfil do líder social corresponde ao seu sistema de valores humanos. Para o líder social, a escassez de recursos, que está na origem da análise econômica, não pode legitimar a exclusão. O líder social dá novo sentido à democracia. A democracia renovada pede a compreensão dos processos de integração e de fragmentação. Essa compreensão é facilitada pelo conhecimento sobre a evolução da humanidade nas suas dimensões históricas e socioculturais.

O “terceiro setor” carece de profissionais que tenham conhecimentos e habilidades administrativas de gestão do “empreendimento social”. Uma deficiência que nutre a realidade preocupante do cenário de iniquidade social que se presencia. As diretrizes impostas por um gestor social são pragmáticas, quando se busca atrair vínculos com outras instituições, construindo laços estratégicos de gestão e parceria entre elas. Cria-se um intercâmbio de experiências que sirvam de subsídios aos mais diversos interesses presentes nas relações interinstitucionais.

A mobilização de recursos diversos, principalmente capital humano, é um dos principais objetivos de um líder. Para isso, ele precisa desenvolver dispositivos de comunicação com o ambiente externo, relacionando-se mutuamente com vários segmentos da sociedade civil, do mercado e do governo. No entanto, é relevante informar que tal comunicação externa pode expor a instituição a ceticismos aparentes, se não houver uma transmissão transparente da missão estabelecida.

A interação com a sociedade beneficiada, governo e iniciativa privada (mercado) é de suma importância. O balanço social é uma forma de divulgar o trabalho que está sendo feito na comunidade. O dirigente social deve articular funções de circulação intersetorial, enviando aos diversos componentes sociais os resultados atribuídos ao trabalho coletivo. A propagação de bons desempenhos e resultados é, sem dúvida, uma ferramenta eficaz de legitimação de uma instituição de caráter social.

Diante disso, não existem coisas como "traços de liderança" ou "características de liderança". Os líderes mais eficazes nunca dizem "eu". E não é porque eles treinaram para não fazê-lo. Eles pensam em "nós"; pensam em "equipe". Eles aceitam a oportunidade e não fogem a ela, mas a equipe leva o crédito. Há uma identificação (muitas vezes inconsciente) com a tarefa e com o grupo. É ela que cria confiança, que possibilita a execução das diversas tarefas.

À primeira vista parece que a figura do líder carismático é de compaixão ao extremo. Pois bem, essa compaixão tece o que se pode denominar "compartilhamento do conhecimento", em que o detentor do *know-how* específico utiliza suas habilidades técnicas em favor da comunidade. Fixando com mais atenção a idéia de integração mútua, percebe-se que os horizontes futuros das instituições tornam-se mais confiantes, pois, legalmente, contribuições dos mais diversos "naipes" são armas poderosas em um contexto de desafios variados. O poder de decisão parte, invariavelmente, do líder. As articulações internas e externas são providas pelo líder. O andamento dos processos de ordenação é definido pelo líder.

Todas essas atribuições conferem um grau imenso de responsabilidade, implicando o estabelecimento de um treinamento eficaz na formação do líder social: o líder de uma nova era de conscientização e mudança. Enfim, no mundo dos negócios, responsabilidade, missão e liderança sociais são apenas alguns itens, entre outros, que expressam a relevância de uma nova configuração empresarial para o próximo século: a configuração da *empresa social* ou *empresa-cidadã* no contexto do "terceiro setor".⁵

-
3. A disciplina da determinação dos resultados que serão exigidos do "terceiro setor" pode protegê-lo de dissipar recursos devido à confusão entre causas morais e econômicas. A maior parcela das organizações do "terceiro setor" acha quase impossível abandonar qualquer coisa. Tudo o que fazem é "trabalho do Senhor" ou "uma boa causa". Mas as organizações precisam distinguir entre causas morais e causas econômicas. Uma causa moral é um bem absoluto. Os defensores vêm vociferando contra a fornicação há cinco mil anos. Infelizmente, os resultados foram nulos, mas isto só prova que o mal está profundamente enraizado. A ausência de resultados tangíveis (lucros) indica somente que os esforços têm de ser redobrados. Essa é a essência de uma causa moral. No caso de uma causa econômica, a pergunta é: Esta é a melhor aplicação de nossos escassos recursos? Há muito trabalho a ser feito. Coloquemos nossos recursos onde estão os resultados. Não podemos nos dar o luxo de sermos íntegros e continuar um projeto no qual parecemos incapazes de atingir os resultados que fixamos para nós mesmos. Acreditar que tudo aquilo que fazemos é uma causa moral, que deve ser perseguida haja

“Terceiro setor”: uma nova fonte de organização social?

O final do século XX revela mutações significativas nas relações políticas, econômicas e sociais mundiais, evidenciando um componente, que emerge da sociedade civil, para atuar na prestação de serviços públicos, fora da esfera estatal, gerando empregos e não se definindo na lógica do lucro. Esse novo componente, no cenário social, tem sido denominado como “terceiro setor”.

Nos Estados Unidos, discutem-se concepções que definam os tipos de organizações que compõem o setor, no entanto, duas se destacam:

a primeira diz, “*organizações sem fins lucrativos*”, significando um tipo de instituição cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre os diretores e associados; a segunda, “*organizações voluntárias*”, tem um sentido complementar ao da primeira. Se o lucro não lhes é permitido, e como também se supõe não resultam de uma ação governamental, deriva-se que sua criação seja fruto de um puro ato de solidariedade de seus fundadores. E mais, supõe-se ainda que durem no tempo, em grande medida graças a um conjunto complexo de adesões e contribuições igualmente voluntárias. (Fernandes, 1994, p. 25)

Por tratar-se de objeto de estudo recente e poucos países disporem de informações sobre as organizações que, supostamente, compõem esse setor, sua dimensão ainda é controversa, exigindo estudos mais aprofundados. O despertar de instituições acadêmicas e de pesquisas sobre o assunto surge a

ou não resultados, é uma tentação perene para gestores do “terceiro setor” – e ainda mais para seus conselhos diretores. Porém, mesmo que a causa em si seja moral, é melhor que a maneira pela qual ela é perseguida produza resultados. Como há muito mais causas morais do que recursos, o “terceiro setor” tem o dever – perante os seus doadores, seus beneficiários e perante o seu próprio pessoal – de alocar seus recursos para resultados, ao invés de dissipá-los tentando ser íntegro. O “terceiro setor” é o agente de mudanças humanas. Portanto, seus resultados sempre são mudanças em pessoas – de comportamento, condições de vida, visão, saúde, educação, esperanças e, acima de tudo, de sua competência e sua capacidade.

Em última análise, a organização do “terceiro setor” que se dedique a cuidados de saúde, educação ou serviços comunitários diversos, precisa julgar a si mesma pelo seu desempenho na criação de visão, padrões, valores e compromisso, além de competência humana. Portanto, uma organização do “terceiro setor” precisa fixar metas específicas em termos de seus serviços à comunidade. E precisa elevar constantemente essas metas – ou seu desempenho cairá.

partir da divulgação dos dados estatísticos relativos à mobilização de recursos humanos e materiais que o "terceiro setor" representa, divulgados no The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, em que, "nos sete países para os quais se dispõem de dados estatísticos (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, Itália e Hungria), o "terceiro setor" emprega 11,7 milhões de pessoas em tempo integral e mobiliza recursos da ordem de US\$ 601,6 bilhões". (*Caderno Comunidade Solidária*, 1998, p. 23)

Os dados mostram-se expressivos, uma vez que emergem no contexto social, em que somente dois atores, o Estado e a iniciativa privada, eram reconhecidos pelo estabelecimento de políticas de "equilíbrio social" e responsáveis pela manutenção de vagas no mercado de trabalho. O reconhecimento do papel que vêm representando as iniciativas de organizações da sociedade civil, em recentes transformações sociais, redireciona o foco das discussões sobre o desenvolvimento tradicionalmente levado no campo da economia política, em que a obsessão pelo Estado e pelo mercado desprezou o papel de um "terceiro setor".

Fazer uma retrospectiva parece ser necessário para investigarmos como o "terceiro setor" surge no cenário contemporâneo e como conquista seu espaço. A década de 80 é reconhecida como a década que marca a terceira revolução industrial, em que se acelera o desenvolvimento de novas tecnologias, em ritmo anteriormente jamais imaginado, introduzindo a automação dos meios de produção, substituindo o trabalho humano, levando a uma reestruturação do capitalismo. A economia se globaliza, permitindo que culturas distintas se aproximem e se interrelacionem.

Essa nova realidade produz uma crise nas instituições existentes, exigindo mudanças para sobrevivência no mercado. O Estado, como gestor de empregos e responsável pelo bem-estar social, também se reduz, para acompanhar as mudanças neoliberais, não apresentando soluções eficazes para a questão.

A sociedade civil, que já se organizava para o desempenho da caridade e beneficência, cria organizações que atendam seus interesses. Tal movimento é originado em virtude do descrédito quanto às ações do Estado na área social. Nas décadas de 60 e 70 surgiram as ONGs (Organizações não-governamentais), que contribuíram significativamente para esse cenário.

Haviam surgido em um contexto de regimes militares, como alternativa ao fechamento do sistema político, e seu principal propósito era o de manter espa-

ços de ação cidadã e de defesa de certos valores democráticos. (Thompson, 1997, p. 42)

Durante a década de 80, o mundo viveu um processo de mudança no contexto econômico, ocorrendo a democratização do sistema político, em que o Estado reformula diretrizes de políticas sociais, reduzindo alguns programas. As ONGs sofrem alterações e se ampliam, na medida em que surgem organizações em defesa do cidadão, não somente nos aspectos políticos, mas como espaços de favorecimento da população excluída, nas lutas dos movimentos sociais.

As ONGs reformulam suas propostas de ação, buscando a defesa do interesse público na consolidação da cidadania, justiça, respeito pelas diferenças, participação e solidariedade. Questionam o Estado autoritário e, também, as instituições assistenciais privadas, que eram vistas como tradicionais, paternalistas ou clientelistas.

A mobilização da sociedade civil, por meio da criação de ONGs, fundações empresariais e institutos do gênero, buscando proteger seus interesses, passa a ser expressiva nos mais variados contextos: como na saúde, educação, arte, defesa de direitos de grupos minoritários, meio ambiente e assistência social. São incontáveis as áreas em que se estruturam, movendo extensos contingentes humanos e materiais, que de forma gradativa vão tomando espaço no cenário social.

Por não se enquadrar nas diretrizes do Estado e da iniciativa privada, essa nova forma de organização cresce de forma “silenciosa” e vai se contextualizando progressivamente no cenário social, tornando-se expressiva, sendo batizada como um “terceiro setor”. Há controvérsias entre autores, que consideram a iniciativa da sociedade civil como primeiro setor, por seu surgimento cronológico na organização da sociedade.

Não podemos dizer que o “terceiro setor” seja esse ou aquele.

É, em si mesmo, um campo onde se produz um choque de valores e tendências, dinâmico e mutável. É difícil afirmar que existe um interesse comum, ainda que existam vários pontos e trajetórias históricas em comum... Se existe um ponto em comum nas organizações da sociedade civil ou no “terceiro setor” é o de colocar no centro do cenário o social, as pessoas. Se a política se estrutura cada vez mais ao redor do poder e a economia em relação ao lucro, o espaço

comum do "terceiro setor" são as necessidades humanas. (Thompson, 1997, p. 45)

O "terceiro setor" é, em primeiro lugar, um conjunto de instituições que encarnam os valores da solidariedade e os valores da iniciativa individual em prol do bem público. Isso não significa que tais valores não sejam evidentes também em outros domínios, mas que no "terceiro setor" eles alcançam a plenitude (Salamon, 1997, p. 92).

As críticas em relação ao uso do termo "terceiro setor" apontam a impossibilidade de se integrar em uma só categoria todas as organizações envolvidas, pois a característica do setor é justamente a multiplicidade e a singularidade de suas formas de atuação e organização. Como essas características ainda não foram suficientemente analisadas, isso dificultaria a apreensão da "lógica" do setor... (*Cadernos Abong*, 1995, p. 9)

O debate sobre a definição dos tipos de organizações que compõem esse setor é polêmico e serão necessários estudos mais aprofundados para esclarecimento de sua dimensão. O envolvimento das universidades, institutos de pesquisas e das próprias organizações permitirá novas coletas de dados e análises, que poderão redefinir o perfil de sua constituição.

Os instrumentos de análises hoje existentes apontam sua relevância e demonstram que o "terceiro setor" presta serviços que, nas décadas anteriores, eram atribuídos ao Estado e que, apesar de assumirem situações ideológicas diferenciadas, a cooperação tem se caracterizado nos dois setores. Segundo Lester Salamon, as fontes principais de apoio são:

- taxas e encargos sobre serviços, 43%;
- apoio governamental, 47%;
- doações particulares, 10%.

Nos Estados Unidos, onde mais evoluíram as tradições de filantropia e ação voluntária, são:

- da renda provinda das fontes privadas (individual, fundações e empresas), 18%;
- apoio governamental, 30%.

“Na Alemanha e na França, o Estado contribui com mais de 60%” (Salamon, 1997, p. 95).

A transferência de recursos da área estatal para o “terceiro setor” aponta para a possibilidade de haver uma reordenação dos agentes sociais na perspectiva do neoliberalismo, em que a iniciativa privada participa na medida que possui uma interdependência com os outros dois setores para estabelecer o equilíbrio do sistema.

À proporção que a configuração desse setor se diferencia nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a interdependência financeira do “terceiro setor” apresenta o desafio quanto à reestruturação das organizações que atendem interesses apenas de grupos particulares, sob objetivos escusos, para uma estrutura que evidencie as necessidades sociais e tenha uma capacidade representativa da sociedade civil.

Difundir sua capacidade e estabelecer apoio dos outros setores, em especial do mundo empresarial, sem desatrelar a garantia dos direitos e participação democrática, traz a esse setor um desafio na garantia de sua legitimidade e supõe alternativas estratégicas de manutenção e envolvimento desse segmento, tendo em vista os questionamentos suscitados na atualidade quanto à responsabilidade social das empresas.

Na perspectiva dos objetivos apontados, parece que ao “terceiro setor” fica uma responsabilidade demasiada; no entanto, seu emergir já é a demonstração de mudança da estrutura social. Absorve parte dos desempregados das empresas automatizadas e virtuais. Dados coletados do The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project demonstram que, em sete países, 11,7 milhões de pessoas estão empregadas no “terceiro setor” e, no Brasil, a estimativa está entre 1,4 e 2 milhões de pessoas. (*Cadernos Com. Solidária*, 1998, p. 22)

Responder ao desemprego é uma prerrogativa do Estado e da iniciativa privada; no entanto, o equilíbrio na garantia de empregos que o “terceiro setor” tem proporcionado garante a estabilidade dos fundos de pensões e aposentadorias, que garantem a sustentabilidade do sistema capitalista, na medida em que, hoje, se equipara ao montante de US\$ 8 bilhões, e também mantém o equilíbrio de parte do mercado consumidor. Cabe ressaltar que se não houvesse absorção desse setor de recursos humanos, o setor informal estaria mais abrangente e os recursos arrecadados por meio dos impostos que

são destinados ao atendimento universal de saúde e para as aposentadorias estariam ainda mais comprometidos.

Mencionar os fundos de pensões e aposentadorias pode parecer inadequado, mas se analisarmos que esses são fatores preponderantes para o funcionamento do sistema capitalista, levanta-se o debate de que o "terceiro setor" pode ser reconhecido como instrumento de equilíbrio do sistema.

Nos Estados Unidos os fundos de pensão representam 72% da poupanças. Valem mais do que todos os ativos do sistema bancário norte-americano. (Rifkin, 1997, p. 17)

Sob essa ótica, reconhecemos que o sistema capitalista se moderniza, muda estruturas de produção, mas tem que manter sua lógica, que é sobreviver do "produto" abstraído do trabalho. Seria o "terceiro setor" o protagonista que substituiria essa lacuna, uma vez que o Estado também se redefine enxugando estruturas e diminuindo intervenções no mercado de trabalho e nas políticas sociais?

Inúmeras são as interrogações sobre a participação e o desenvolvimento desse setor, que surge como "protagonista incipiente" no cenário social deste final de século. Daí a importância de ser evidenciado sob os mais diversos contextos, buscando sua legitimidade como representante das ações civis, estabelecendo definições consistentes quanto ao seu real papel na conjuntura do sistema capitalista.

A humanidade tem, como tradição, transmitida pelas instituições religiosas ou pela ciência, que o século XXI se diferenciará dos séculos anteriores, supondo a existência de uma nova consciência do homem, projetando equipamentos e sistemas interativos de comunicação que permitirão traçar novas formas de convivência na sociedade.

A dimensão dessas mudanças não é reconhecida, mesmo com a propagação da ideologia capitalista de sua expansão global. Reflexões acadêmicas e discursos ainda isolados apontam para a falência ou transformação desse sistema e a ascensão de uma nova organização, com protagonistas responsáveis e comprometidos com o bem-estar da humanidade e dos que hoje se apresentam.

Segmentos pertencentes ao "terceiro setor" desenvolvem atividades con-dizentes com aspirações humanas quando apresentam trabalhos para melhorar a qualidade de vida da população, ampliar a participação da cidadania nas di-

versas instâncias, propiciar o equilíbrio ambiental e prestar bons serviços nas áreas reconhecidas como básicas: saúde, educação e lazer.

Estabelecer condições para que serviços desse tipo sejam ampliados, vem ao encontro de aspirações da sociedade civil de forma comum, mas, em contrapartida, esbarra nos interesses de grupos que os atrelam à condição de lucratividade e competição. Tal situação reporta para a sociedade definições e estabelecimento de prioridades, cenário que já faz parte da história da humanidade e que tem desencadeado lutas e situações de submissão.

Parece termos voltado à história “do ovo ou da galinha”, mas o que faz vislumbrar a possibilidade de uma nova conjuntura é o acúmulo de experiências pelas quais passamos, através, e inclusive, da troca de sistemas de governo que não atenderam às necessidades individuais. É mister que situações ou configurações coletivas não se perpetuem sem a contribuição individual; portanto, já reconhecemos que a conjunção de ambos é necessária para a satisfação dos agentes sociais.

A perspectiva em que surge o “terceiro setor”, no limiar deste século, aponta para a possibilidade de transposição de experiências passadas e criação de novas possibilidades para responder às necessidades humanas, traçando novos perfis de sociabilidade, divisão de tarefas e responsabilidades perante a massa social. O desenrolar desse processo exigirá, talvez, a redefinição da configuração do setor, iniciando pela classificação das organizações que o compõe, fins a que se destinam, articulações de desempenho e eficácia, satisfação da clientela atendida, interligação e comunicação com os outros dois setores (Estado e mercado), transparência nas ações às quais se propõe.

A trajetória a ser percorrida exigirá dos atores a ela relacionados perseverança, astúcia e o estabelecimento de quatro desafios críticos: a legitimidade, eficiência, sustentabilidade e colaboração (Salamon, 1997, p. 102).

Apesar das inovações e avanços que o “terceiro setor” está demonstrando na perspectiva social, seu desenrolar assemelha-se ao embrião humano. Décadas virão para que tenhamos um “corpo” delineado. Aos preocupados com o desenvolvimento social não há outras alternativas senão engendrar nesse processo e buscar estabelecer conexão com paradigmas que o fundamentem.

Fundamentá-lo em modelos científicos facilitará debates, constatações e envolvimento de instituições e segmentos da sociedade, que poderão ser colaboradores e agentes responsáveis para que o “terceiro setor” assuma uma dimensão permanente na esfera social. A cada um de nós cabe refletir sobre a

importância do crescimento desse setor na nossa vida, como agentes individuais e coletivos que somos, mobilizando esforços para colaborar na sua plena atividade.

Considerações finais

A aproximação do século XXI nos reporta à reflexão sobre a concretização ou não de maus presságios para o fim do segundo milênio da era cristã. A humanidade se depara com os desafios da redefinição do papel do Estado; de políticas comerciais dominantes, traçadas por corporações transnacionais, dentro de uma nova conjuntura econômica; das questões impostas pela automação dos meios de produção, que reduz a participação da mão-de-obra não qualificada; do aumento sistêmico do desemprego; do distanciamento cada vez maior entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no que concerne à acumulação do capital financeiro global. Esse cenário aparece cercado de nuvens negras do medo e do pessimismo. No entanto, a sociedade civil, de modo peculiar, apresenta uma perspectiva que a ele se contrapõe, merecendo estudos e pesquisas aprofundados sobre os novos rumos de organização e reprodução social.

Na atual realidade contemporânea, há uma aparente fragmentação de políticas e projetos sociais, incluindo uma contraposição às ideologias universalistas do denominado Estado-nação. Criam-se ações focalistas, cujos objetivos passam a ser direcionados a determinado foco de atenção, abandonando o antigo sentimento de ajuda extensiva. Por exemplo: estabelecer projetos de combate à erradicação do trabalho infantil nas usinas de carvão do sul do Pará. Tal exemplo demonstra a centralização ou focalização em um problema específico local, mas que eleva a discussão sobre as alternativas de combate à problemática em escala global, não relegando a segundo plano a equidade social. Existe, para efeito de esclarecimento, uma especificação de ações locais e concentradas.

A intervenção da sociedade civil prospera nas diferentes esferas civilizatórias, promovendo ações que fundamentam a participação democrática, prestando serviços na esfera pública, articulando discussões em segmentos específicos, propiciando empregos e, sobretudo, promovendo a solidariedade nas questões sociais, suscitando, freqüentemente, ações locais, abrindo caminhos para a ascensão gradual de uma qualidade de vida minimamente decente.

As aspirações que surgem nas ações e idealizações do “terceiro setor” trazem em sua essência a busca de soluções alternativas aos problemas sociais contemporâneos, reportando à sociedade civil um sentimento prático de transformação humana e desenvolvimento social sustentado.

Referências bibliográficas

- DRUCKER, P. F. (1997). *Administração de organizações sem fins lucrativos*. São Paulo, Pioneira.
- FERNANDES, R. C. (1994). *Privado porém público: o “terceiro setor” na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- FREITAS, M. E. (1997). *A história de um sonho – Prêmio Fenead*. São Paulo, Pallas Athenas.
- Iniciativas empresariais e projetos sociais sem fins lucrativos (1995). *Cadernos Abong*, São Paulo, número 12.
- IOSCHPE, E. B. (org) (1996). *“Terceiro setor” – desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LANDIM, L. (1993). *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, ISER.
- Marco legal do “terceiro setor” (1998). *Cadernos Comunidade Solidária*. Brasília. IPEA, vol.5.
- MARTINELLI, H. C. (1996). “Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora”. In: IOSCHPE, E. B. (org.). *Terceiro setor sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- POWELL, W. W. (1987). *The nonprofit sector*. New Haven, EUA, Yale University Press.
- RAFAEL, J. R. (1997). *“Terceiro setor”: Fundações e Direitos*. São Paulo, Melhoramentos.
- RIFKIN, J. (1997). *Identidade e natureza do “terceiro setor”*. São Paulo, Paz e Terra.
- SALAMON, L. (1997). *Estratégias para o fortalecimento do “terceiro setor”*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____ (1994). *The emerging sector – an overview*. Baltimore, EUA, The Johns Hopkins University Press.
- SINGER, P. (1998). *Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto.
- THOMPSON, A. (1997). *Do compromisso à eficiência? Os caminhos do “terceiro setor” na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.